



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 79/XIV/ 2.ª SL

Aos 30 dias do mês de junho de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### **Formato misto (presencial + videoconferência)**

#### **10:00 HORAS**

1. *Audição, por videoconferência, do Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (STEPH), a requerimento do BE, sobre a «contratação e formação dos TEPH e condições de trabalho e da frota de ambulâncias»;*

#### **11:00 HORAS**

2. *Audição, por videoconferência, do Conselho Diretivo do INEM, a requerimento do BE, sobre a «contratação e formação dos TEPH e condições de trabalho e da frota de ambulâncias»;*
3. *Informações;*
4. *Apreciação e votação das atas n.ºs 77 e 78, de 16 e 23 de junho de 2021;*
5. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1156/XIV/2.ª (PCP) «Pelo reforço da estrutura pública de saúde pública»;*
6. *Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Presidente da ARS do Alentejo a fim de «prestar todas as informações relativas à construção do novo Hospital Central do Alentejo, quer quanto ao início das obras, quer quanto a outras matérias relevantes que estão ainda em fase de decisão, como as questões relacionadas com as infraestruturas, acessibilidades e as necessárias expropriações de terrenos correspondentes»;*
7. *Outros assuntos.*

---

1. Audição, por videoconferência, do Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (STEPH), a requerimento do BE, sobre a «contratação e formação dos TEPH e condições de trabalho e da frota de ambulâncias»

A Presidente agradeceu a presença do Dr. Rui Lázaro, Presidente do Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (adiante STEPH) e do Dr. Rui Cruz, Vice-Presidente do STEPH, e concedeu a palavra ao Deputado Moisés Ferreira.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 79/XIV/ 2.ª SL

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento do BE](#), expondo a razão de ser do mesmo, recordando que o mesmo coincidia com uma jornada promovida pelos técnicos de emergência hospitalar, perguntando qual a razão da apresentação do caderno reivindicativo e se tinha havido qualquer resposta por parte do Ministério da Saúde. Lembrou também a insuficiência dos recursos humanos nesta área, sempre muito abaixo do necessário e previsto, tendo questionado sobre quais as consequências dessa insuficiência, e ainda sobre a valorização da carreira, meios operacionais, formação e desrespeito dos direitos laborais destes profissionais.

O Presidente do STEPH referiu que a reivindicação se deve à deterioração das condições de trabalho, o que tem efeitos no serviço prestado pelo INEM. Lembrou que os técnicos de pré-emergência hospitalar (adiante TEPH's) são a maior classe nos quadros do INEM e que o número de profissionais não tem aumentado, notando que a carreira é pouco atrativa e não tem havido capacidade para fixar profissionais na mesma.

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Luís Graça, que manifestou preocupação pelas questões levantadas pelo STEPH, recordando os esforços levados a cabo pelo Governo para valorizar o trabalho e a carreira, dando como exemplo o concurso para postos de trabalho no INEM e a aquisição de desfibriladores e ambulâncias, garantindo que irão sensibilizar o Governo para a necessidade de valorização da carreira; Alberto Machado, que lembrou que os problemas expostos são públicos e conhecidos, o que deve motivar uma reflexão sobre os mesmos e um esforço extra do Governo, por se tratar de um serviço público altamente prioritário, que tem que ter condições, tendo perguntado sobre a não publicação do acordo coletivo de trabalho e sobre as condições das ambulâncias e bases operacionais; Paula Santos, que perguntou qual o ponto de situação da contratação de trabalhadores e da inoperacionalidade das ambulâncias, colocando também questões sobre a formação, o abandono da carreira e a disponibilidade de recursos humanos, recordando que o diploma regulador da carreira ficou aquém das expectativas dos trabalhadores, havendo que operacionalizar aspetos.

O Presidente do STEPH agradeceu o esforço que tem vindo a ser feito para valorizar a carreira, mas reconheceu que é insuficiente, lembrando que o processo formativo é longo e dispendioso e os técnicos acabam por abandonar a carreira, pelo que é preciso criar condições para que permaneçam. Notou igualmente que a falta da atratividade da

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 79/XIV/ 2.ª SL**

carreira é o principal fator de abandono, porque o índice salarial é baixo e as condições precárias, tendo salientado que no INEM existe desrespeito pelo cumprimento da legislação laboral, nomeadamente no que diz respeito à atividade sindical e aos direitos das trabalhadoras grávidas. Frisou também que as condições de trabalho estão diretamente ligadas à operacionalidade dos meios, pelo que quanto piores forem as condições, maior será a inoperacionalidade dos meios. No que concerne à resposta à Covid-19, referiu que o INEM deu uma resposta à altura, através do recurso ao trabalho extraordinário e que, no que diz respeito à disponibilidade dos equipamentos de proteção individual (EPI), houve uma lacuna por parte do INEM, que se compreendia nos primeiros tempos desta crise, porque havia falta de EPI's, mas que é incompreensível nesta fase, lembrando que em alguns casos, os profissionais tiveram que comprar os seus próprios EPI's.

Na segunda ronda de perguntas solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Luís Graça, Alberto Machado, Moisés Ferreira e Paula Santos, que foram prestados pelo Presidente e Vice-Presidente do STEPH.

A Presidente agradeceu a disponibilidade do Dr. Rui Lázaro e do Dr. Rui Cruz, notando a pertinência dos esclarecimentos por estes prestados, dando de seguida a audição por encerrada.

2. *Audição, por videoconferência, do Conselho Diretivo do INEM, a requerimento do BE, sobre a «contratação e formação dos TEPH e condições de trabalho e da frota de ambulâncias»*

A Presidente agradeceu a presença do Dr. Luís Meira, Presidente do Conselho Diretivo do INEM e do Dr. Pedro Lavinha, vogal do mesmo, e concedeu a palavra ao Deputado Moisés Ferreira.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE e recordou que a contratação e a saída de profissionais do INEM é uma questão recorrente e que o número de TEPH está sempre muito abaixo do previsto e necessário, devido à pouca atratividade da carreira, o que tem consequências na prestação e disponibilidade do serviço, tendo perguntado sobre as perspetivas de inoperacionalidade de meios para os próximos tempos. Pôs ainda questões acerca da renovação da frota de ambulâncias e sobre as denúncias de desrespeito dos direitos laborais feitas pelo STEPH.



## **Comissão de Saúde**

### **ATA NÚMERO 79/XIV/ 2.ª SL**

Respondeu o Presidente do Conselho Diretivo do INEM, reconhecendo a importância dos TEPH e do seu trabalho, referindo-se aos concursos em curso e esperando que os mesmos possam colmatar as faltas e preencher mais lugares. Reconheceu que há problemas, que é preciso desenvolver a carreira e melhorar as condições de trabalho, mais referindo que está em curso um processo de aquisição de novas ambulâncias.

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Susana Correia, que agradeceu os esclarecimentos e lembrou que o INEM tem um trabalho que é reconhecido pelos cidadãos e que tem que haver uma melhora contínua das condições de trabalho e dos recursos humanos, não se esquecendo o trabalho já feito pelo Governo, tendo perguntado sobre a estratégia para o triénio de 2020-2022, a formação dos profissionais e as medidas usadas para promover a eficiência do trabalho; Alberto Machado, que referiu que todos reconhecem a importância do trabalho do INEM e que é necessário rever a carreira para evitar o abandono, tendo questionado sobre as medidas tomadas pelo Conselho Diretivo para o evitar, sobre a não publicação do acordo coletivo de trabalho e sobre a falta de condições, nomeadamente a nível de viaturas, bases operacionais e EPI; Paula Santos, que lembrou a perspetiva existente de abrir concursos para preencher todas as vagas existentes e recordou que a carência de pessoas provoca a inoperacionalidade de meios, tendo perguntado qual a taxa de inoperacionalidade e questionando ainda sobre o que deve ser feito para combater o abandono da carreira, sobre a sua revisão, sobre a formação, a aquisição de novas ambulâncias e sobre os EPI.

O Presidente do Conselho Diretivo referiu que a inoperacionalidade de meios se deve a vários motivos, nomeadamente a falta de tripulação e avarias ou acidentes, reconhecendo que há variações sensíveis entre os diversos meios. Declarou ainda que tem havido respeito pelos direitos laborais, referindo que a comissão de trabalhadores não tinha dado conhecimento de quaisquer situações de desrespeito dos direitos laborais e recordando que em alguns casos, foi o próprio sindicato que pediu a instauração de processos disciplinares. Reconheceu que, no que concerne à formação, existem dificuldades e estão empenhados em supri-las, sendo um processo longo e dispendioso, mas fundamental, estando a ser discutidas possíveis parcerias. Por fim, quanto aos EPI, reconheceu a existência de problemas de acesso aos mesmos na fase inicial da pandemia, mas se agora existem problemas, serão situações pontuais.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 79/XIV/ 2.ª SL

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Susana Correia, Moisés Ferreira e Paula Santos, que foram prestados pelo Presidente do Conselho Diretivo do INEM.

A Presidente agradeceu a disponibilidade do Dr. Luís Meira e do Dr. Pedro Lavinha, notando a pertinência dos esclarecimentos por estes prestados, dando de seguida a audição por encerrada.

#### 3. Informações

A Presidente informou ter sido solicitado, pelo BE, o adiamento do ponto 5 da OD, relativo à discussão do PJR 1156/XIV/2.ª (PCP), sobre o reforço da estrutura pública de saúde pública e, pelo PS, o adiamento da votação da Ata n.º 77, de 16 de junho. Fez ainda referência às audições que estão confirmadas, que são: hoje, 30 de junho, depois do plenário, a audição das seis associações de doentes indicadas para integrar o Conselho Nacional de Saúde, uma vez que a eleição em plenário é a 2 de julho; no dia 7 de julho, às 9h, 4.ª audição regimental da Ministra da Saúde; no dia 14 de julho, às 10h, a Sociedade Portuguesa de Emergência Hospitalar, requerida pelo PS.

A Presidente deu conta de que o PCP solicitou a realização da audição do Ministro de Estado e das Finanças (requerimento do PCP, aprovado a 16-6-2021, para audição sobre a contratação de profissionais de saúde e investimentos no SNS) no dia 19 de julho, que é uma segunda-feira em que podem realizar-se reuniões de Comissão.

Após discussão do assunto pelos Grupos Parlamentares presentes, foi deliberado agendar a audição do Ministro de Estado e das Finanças para 19 de julho às 15h, ou, em alternativa a colocar ao membro do Governo, a 20 de junho de manhã. Foi entendido que a Comissão poderia reunir, para além da reunião ordinária de 21 de julho, a 19 de julho à tarde e a 20 de julho de manhã.

#### 4. Apreciação e votação das atas n.ºs 77 e 78, de 16 e 23 de junho de 2021

A votação da Ata n.º 77, de 16 de junho, foi adiada.

A Ata n.º 78, de 23 de junho, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do CH.

#### 5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1156/XIV/2.ª (PCP) «Pelo reforço da estrutura pública de saúde pública»



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 79/XIV/ 2.ª SL

Este ponto da OD foi adiado.

6. Discussão e votação do requerimento do PCP, que solicita a audição do Presidente da ARS do Alentejo a fim de «prestar todas as informações relativas à construção do novo Hospital Central do Alentejo, quer quanto ao início das obras, quer quanto a outras matérias relevantes que estão ainda em fase de decisão, como as questões relacionadas com as infraestruturas, acessibilidades e as necessárias expropriações de terrenos correspondentes»

O Deputado João Oliveira apresentou o [requerimento do PCP](#), referindo que a audição da ARS Alentejo, a propósito do novo Hospital Central, é absolutamente essencial neste momento. De facto, a construção deste Hospital já passou por vários agendamentos e recentemente foi concluído o processo de seleção da empresa construtora, mas continuam a verificar-se sucessivos atrasos. A Ministra da Saúde respondeu ao PCP que esperava, até ao final do 1.º semestre de 2021, que fosse instalado o estaleiro da obra, mas tal ainda não aconteceu. Perante tantos atrasos, e o avanço do processo aos soluços, considera necessária a audição da ARS Alentejo para que esta faça o ponto de situação e esclareça alguns dos investimentos e para que a Comissão possa dar um novo impulso à construção deste Hospital.

A Deputada Telma Guerreiro disse que o PS nada tem a opor à audição, considerando a importância e a pertinência da construção deste Hospital, para que deixe de ser projeto. Sabe que se trata de um processo muito complexo, mas está certa de que não estará parado. É de facto importante que este processo seja concluído com a brevidade possível, sendo oportuna esta audição.

A Deputada Sandra Pereira referiu que também o PSD nada tem a opor, considerando a audição muito pertinente, tendo em conta o número de anúncios que não foram cumpridos. Não se sabe o que se passa, e há grande expectativa das populações desta região, portanto a audição é importante.

O requerimento do PCP foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do CH.

### 7. Outros assuntos

A Presidente informou que foi remetida pela DAPLEN a proposta de redação final do texto resultante dos PJRs relativos à questão da obesidade (238/XIV/1.ª PSD, 244/XIV/2.ª PAN, 763/XIV/2.ª PEV, 961/XIV/2.ª CDS-PP, 1035/XIV/2.ª PS, 1085/XIV/2.ª





## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 79/XIV/ 2.ª SL

BE e 1096/XIV/2.ª PCP). Não tendo sido manifestada oposição, foi fixada a redação final com as sugestões da DAPLEN, por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do CH.

A reunião foi encerrada às 12:29 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua gravação ser acedida neste [link](#), neste [link](#) e neste [link](#)

Palácio de São Bento, 30 de junho de 2021.

**A PRESIDENTE**

**(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 79/XIV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Aragão (PS)  
Cristina Jesus (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Joana Lima (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Susana Amador (PS)  
Susana Correia (PS)  
Telma Guerreiro (PS)  
Alberto Machado (PSD)  
Álvaro Almeida (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
José Manuel Pureza (BE)  
Moisés Ferreira (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Bebiana Cunha (PAN)  
Francisco Rocha (PS)  
João Gouveia (PS)  
Luís Graça (PS)  
Luís Soares (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Sara Velez (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
António Maló De Abreu (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sónia Fertuzinhos (PS)  
Ana Rita Bessa (CDS-PP)  
André Ventura (CH)